



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

Acta da reunião ordinária do Conselho Geral de 12 de Julho de 2010

-----Aos doze dias do mês de Julho de dois mil e dez, teve lugar, na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores, pelas nove horas e quarenta minutos, uma reunião ordinária com os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Apreciação e votação sobre os Pressupostos Orçamentais para 2011.-----

-----2. Processo de eleição do Reitor da Universidade dos Açores. Diligências, metodologias e calendarização do processo.-----

-----3. Recomposição da representação dos alunos no Conselho Geral em 2011. Abordagens de algumas questões processuais.-----

-----4. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores.-----

-----Para além do Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores, Doutor Ricardo Madruga da Costa, que presidiu, estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha;-----

-----Doutor Mário José Amaral Fortuna;-----

-----Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral;-----

-----Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho;-----

-----Doutor Armindo dos Santos Rodrigues;-----

-----Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba;-----

-----Doutora Rosa Maria Baptista Goulart;-----

-----Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz;-----

-----Estudante André Filipe Matos de Carvalho;-----

-----Mestre Francisco José Massa Flor Franco;-----

-----Dr. Mário António da Mota Mesquita;-----

-----Estiveram ausentes o Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral, que justificou, bem como o Dr. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa e o estudante Nelson Braga Moura, que não apresentaram justificação.-----

-----Verificando-se a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral começou por cumprimentar os conselheiros, tendo declarado aberta a sessão.-----

-----Entrando de imediato no primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Magnífico Reitor tomou a palavra para fazer uma breve intervenção acerca dos Pressupostos Orçamentais para 2011, apresentando as duas metodologias utilizadas na distribuição da verba do Orçamento de Estado pelas unidades orgânicas: a primeira, em tudo semelhante ao que hoje vigora, com base nos alunos pesados de cada unidade orgânica, mas que acentua assimetrias entre as unidades orgânicas, gerando alguma divergência; a segunda (que concede às unidades orgânicas um orçamento diferente, ou seja, que propõe a distribuição do remanescente dos orçamentos em função das necessidades de cada unidade orgânica, produzindo mais convergência entre as diversas unidades orgânicas), metodologia a distribuição de parte da verba do OE resulta da aplicação da fórmula utilizada pelo Ministério, isto é de acordo com os alunos pesados e a restante em função das despesas com pessoal ajustadas, uma vez que será a dimensão das unidades orgânicas que constitui o factor determinante do desequilíbrio entre elas. Segundo afirmou, ambas conferem a mesma dignidade/participação das unidades orgânicas, bem como os mesmos proventos. No entanto, salientou que nada obriga a que sejam estas as metodologias utilizadas.-----

-----Em relação ao orçamento de 2011, informou que já foi solicitado às unidades orgânicas que apresentassem propostas de orçamento, tendo acrescentado que, numa reunião tida no Ministério, no passado dia seis de Junho, o Primeiro Ministro apelou para que as Universidades desenvolvessem políticas de retenção orçamental. Acrescentou ainda que foi dada garantia de que o Governo daria um contrato de confiança para com as Universidades.-----

-----Para finalizar, informou que os aspectos mais positivos em relação a 2010 tiveram a ver com a redução das despesas com pessoal, enquanto os mais negativos estavam relacionados com os orçamentos feitos por algumas unidades orgânicas com uma certa artificialidade, o que explica a dificuldade em cobrar mais *overheads*.-----

-----De seguida o Presidente do Conselho Geral deu a palavra à Senhora Administradora, para fazer uma exposição mais técnica sobre o assunto.-----

-----A Senhora Administradora começou por explicar que a metodologia tinha a ver com a distribuição do Orçamento de Estado, ou seja, o Ministério costumava atribuir o orçamento com base nos alunos pesados. Como a Universidade dos Açores tem problemas de estrutura, optaram por aplicar a fórmula do Ministério, fazendo a distribuição do montante calculado com base nos alunos pesados por unidade orgânica. Em relação ao Anexo I, explicou o modo como foi feito o cálculo para se obter os valores a distribuir pelas unidades orgânicas, com base nos alunos pesados, indicando igualmente os valores de défice existente em cada unidade orgânica. No que respeita ao Anexo II, informou que o cálculo foi feito com base nos alunos pesados, de acordo com a fórmula do Ministério, sendo o diferencial do contrato de confiança contabilizado com base nas despesas com pessoal ajustadas, verificando-se assim uma maior coesão/convergência entre as unidades orgânicas. Quanto ao terceiro mapa, explicou que fizeram uma comparação

entre as duas metodologias aplicadas, de acordo com a estrutura de cada unidade orgânica. Para finalizar, esclareceu que o que foi apresentado foi a metodologia para a distribuição do orçamento pelas unidades orgânicas.-----

-----Com base nas exposições feitas pelo Magnífico Reitor e pela Senhora Administradora, o Presidente do Conselho Geral declarou aberto um período de debate, tendo a Doutora Gilberta Rocha solicitado para intervir. Em primeiro lugar, e antes de entrar na questão principal, referiu o facto de se verificar novamente a não aprovação da Acta da reunião anterior. De seguida, afirmou não ter condições para analisar o contrato programa/de confiança, por desconhecer o documento por completo, tendo acrescentado que o Conselho Geral tem de conhecer os documentos antes de poder analisá-los. Em relação a ambas as metodologias, não vê que se tenha verificado qualquer mudança, na medida em que continua a não ser mencionada a questão da investigação.-----

-----Segundo o Doutor Armindo Rodrigues, também nada mudou desde que foram aprovadas as metodologias das verbas, não lhe parecendo que as unidades orgânicas estejam a ser penalizadas por tal situação. Segundo afirmou, o Conselho Geral teve sempre a preocupação de colmatar as diferenças através de uma taxa de coesão adequada, mas não verifica que nas propostas do Magnífico Reitor haja um estímulo para que as unidades orgânicas trilhem um percurso de convergência. Deverá haver na metodologia de distribuição de verbas um estímulo, acrescentou, acompanhado de um plano de convergência, por um período de tempo razoável, que tenha de ser aprovado pelo Conselho Geral, a que corresponda um esforço positivo da parte das unidades orgânicas. Na sua opinião, não vê mal nenhum que se continue a utilizar a primeira metodologia, mas considera que cada departamento tem de conhecer a sua realidade e traçar uma estratégia de futuro.-----

-----De seguida, pediu a palavra o Doutor Carlos Amaral para mostrar a sua discordância em relação à metodologia de trabalho utilizada, por se discutir sobre algo que já foi solicitado aos Departamentos, sem ter uma metodologia previamente aprovada pelo Conselho Geral. Segundo afirmou, reassume integralmente as críticas e as propostas que apresentou há cerca de um ano e insurge-se contra o efeito que esta metodologia tem produzido nas unidades orgânicas.-----

-----Na opinião do Doutor Mário Fortuna, uma das metodologias é extemporânea, pois sempre considerou que a metodologia dos alunos pesados era adequada, daí terem rejeitado a que imputava despesas de pessoal, por não fazer sentido estarem a utilizar uma metodologia que não era utilizada pelos outros. Acrescentou que, se no ano passado se aceitou uma metodologia por terem achado ser a mais adequada, deveriam agora discutir apenas a questão da coesão e definir a percentagem de convergência que deverá ser distribuída, sendo de opinião de que se deve manter os 20%. Considerou igualmente extemporâneo o facto de terem de aprovar uma metodologia, quando os orçamentos já foram solicitados às unidades orgânicas. Acrescentou ainda que considera fundamental seguir a metodologia utilizada e aprovada no ano anterior, não vendo necessidade de se mudar de metodologia, pois esta mudança não vai minimizar o

problema. Assim sendo, afirmou, se a convergência está fraca e estão a perder projectos, é necessário saber porque é que os departamentos estão a perder projectos. Para finalizar, acrescentou que os *overheads* deveriam desaparecer, por serem um factor de afastamento dos projectos da Universidade dos Açores e por não resolverem os problemas dos departamentos.-----

-----Em termos gerais, a Doutora Gabriela Queiroz também foi de opinião de se manter a mesma metodologia do ano anterior, considerando a coesão como o factor mais importante para ser discutido na reunião. Quanto à questão dos *overheads*, considera importante que se fale deste assunto, mas noutra ocasião mais propícia.-----

-----Por sua vez, o Doutor Armindo Rodrigues afirmou ter sido sempre a favor da metodologia dos alunos pesados para a distribuição de todas as verbas cuja origem seja o Orçamento do Estado, na medida em que o Ministério faz o cálculo dos alunos pesados sem ter em conta qualquer espécie de critério de coesão que venha a ser aplicado no âmbito da instituição. Sem saber quais os valores de dois mil e dez, informou não ser possível saber ao certo quais os valores reais. Em relação aos números, afirmou continuar a ter dúvidas, apesar de verificar uma melhoria no apuramento dos mesmos. Quanto aos serviços prestados, não percebe como chegaram aos valores indicados nos mapas apresentados.-----

-----A Doutor Gilberta Rocha pediu novamente a palavra, afirmando que, apesar de alguns assuntos referidos nas intervenções anteriores serem de extrema importância, é de opinião de que se devem debruçar sobre o fundamental, acrescentando que, se nas questões orçamentais existe transparência, em outras questões há uma certa opacidade que o Conselho Geral desconhece e que os Departamentos tentam encobrir. Para finalizar, informou que não se opõe a que se mantenha a metodologia aprovada anteriormente, mas chama a atenção para o facto de ser necessário esclarecer o que o Conselho Geral tem de fazer em relação a este assunto.-----

-----De seguida, o Magnífico Reitor pediu a palavra, reiterando o que foi dito por alguns conselheiros, no sentido de a discussão se centrar no fundamental. Afirmou ainda ter uma certa dificuldade em entender algumas das críticas feitas anteriormente, na medida em que estas propostas devem ser aprovadas pelo Conselho Geral, tendo esclarecido que, caso o Conselho Geral não concorde com as metodologias apresentadas, terá de indicar as alterações a serem introduzidas. No que respeita às duas metodologias propostas, esclareceu que a Universidade dos Açores não é financiada apenas por um ou outro factor e que não existe uma fórmula tão fechada como a de antigamente. Quanto ao facto de terem pedido aos Departamentos uma simulação/exercício de aproximação dos orçamentos para o próximo ano, explicou que o fizeram apenas porque provavelmente iriam necessitar destes dados durante o mês de Agosto. Por fim, em relação aos *overheads*, voltou a referir o facto de alguns projectos da Universidade estarem a divergir para a Fundação Gaspar Frutuoso e para o IMAR, significando com isto que as pessoas vão procurando as entidades financeiramente mais adequadas às suas necessidades,

apesar de, por vezes, não serem as mais apropriadas. Informou ainda que a própria Fundação também se queixa da mesma situação, ao verificar que estão a perder muitos projectos.-----

-----Em relação à questão da investigação, a Senhora Administradora pediu a palavra para esclarecer que, nesta metodologia, apenas se focou a parte do funcionamento, porque tudo o que é investigação tem receitas e despesas próprias.-----

-----De seguida, tomou a palavra o Doutor Carlos Amaral, afirmando que, com este orçamento, não existem condições para se criar qualquer política para a Universidade, pois continuam sem recursos para tal, o que significa que os problemas continuam a existir e nada se faz para melhorar. Em relação à intervenção do Magnífico Reitor, ao referir que estavam em causa não duas mas três propostas de metodologia, entendeu as palavras do Magnífico Reitor como se esta última versão não tivesse rosto. No entanto, discorda, pois a proposta que apresentou no ano passado foi uma proposta na generalidade, em todo semelhante à terceira versão que o Magnífico Reitor mencionou.-

-----O Doutor Tomaz Dentinho pediu igualmente a palavra, dizendo que concorda com o que foi dito pelo Doutor Mário Fortuna, apesar de considerar que a gestão tem de ser descentralizada. Segundo afirmou, tem que haver uma consequência para quem não cumpre com as regras, regras estas que devem ser definidas pelo Conselho Geral. No que diz respeito aos *overheads*, considera que se deve fazer uma reflexão sobre o custo efectivo de serviços que ajudam a gestão interna e que os *overheads* devem ser calculados e corresponder ao custo. Finalmente em termos de projectos, acrescentou que a maior tendência é a procura de entidades exteriores.-----

-----O Presidente do Conselho Geral retomou a palavra, dizendo que foram colocadas questões importantes e pertinentes que deverão ser abordadas noutras reuniões mais específicas. Em relação às metodologias, e tendo já sido apreciadas as duas propostas, afirmou ser necessário afixar a taxa a aplicar, independentemente da metodologia a ser aprovada.-----

-----O Magnífico Reitor pediu novamente a palavra, esclarecendo que condescende com a intervenção do Doutor Mário Fortuna, na medida em que ele não se encontrava no início da reunião, tendo explicado novamente o que havia dito na sua primeira intervenção. Segundo afirmou, também é de opinião de que não existe nada de novo em relação ao passado e o facto de terem pedido às unidades orgânicas um exercício de orçamento é a prova de que estão a acompanhar a gestão. Em relação às afirmações do Doutor Carlos Amaral, esclareceu que a proposta que ele apresentou obrigava a uma mudança nos Estatutos, ao que o Doutor Carlos Amaral respondeu que as simulações pedidas há um ano atrás continuavam a não ser apresentadas.-----

-----No seguimento desta intervenção, e no que toca à proposta apresentada no ano anterior, o Presidente do Conselho Geral referiu que a mesma não se enquadrava juridicamente, ou seja, contrariava o determinado pelo RGIES e pelos Estatutos, tal como mencionou o Magnífico Reitor. Quanto à apresentação de novas propostas para aprovação, esclareceu que estas devem ser formuladas por escrito de modo a serem analisadas pelos conselheiros, pelo que não é possível introduzir novas propostas feitas oralmente.-----

-----Perante tais afirmações, o Doutor Carlos Amaral reagiu, dizendo ter sido mal interpretado, e mostrando a sua discordância em relação ao que foi dito pelo Presidente do Conselho Geral, no que diz respeito à não aceitação da proposta por esta ter sido apresentada oralmente, na medida em que o Conselho Geral nunca adoptou um princípio desta natureza, ao que o presidente do Conselho Geral respondeu não se recordar de ter aceite anteriormente qualquer proposta sem ser por escrito. No entanto, esclareceu que não considera que este tenha apresentado uma proposta concreta que deva ser analisada.-----

-----O Doutor Carlos Amaral afirmou não contestar a decisão do Presidente do Conselho Geral, mas fez questão de ficar registado em acta o facto de ter apresentado uma proposta concreta acerca do orçamento para os serviços centrais.-----

-----Retomando a palavra, o Presidente do Conselho Geral fez questão de reafirmar o que havia dito anteriormente, afirmando não se recordar de qualquer proposta verbal que tenha sido tomada em conta, considerando que os conselheiros devem ter tempo para se pronunciarem. Por fim, afirmou que irá considerar para votação apenas as duas propostas apresentadas, ou seja, os anexos I e II, tendo procedido de imediato à respectiva votação, apurando-se os seguintes resultados:-----

-----Anexo I-----

-----votos contra: quatro-----

-----votos a favor: sete-----

-----abstenções: uma-----

-----Anexo II-----

-----votos contra: nove-----

-----votos a favor: um-----

-----abstenções: duas-----

-----A proposta I foi aprovada por maioria de votos.-----

-----De seguida, procedeu-se à votação da taxa de convergência a aplicar, tendo-se apurado os seguintes resultados:-----

-----5%: três votos-----

-----10%: cinco votos-----

-----15%: três votos-----

-----20%: zero votos-----

-----votos em branco: um voto-----

-----Aprovada, por maioria dos votos, a fixação do valor de 10% para a taxa de convergência a aplicar.-----

-----Após uma breve interrupção de dez minutos, o Presidente do Conselho Geral deu início ao ponto 3. da Ordem de Trabalhos, informando que o mandato dos dois estudantes acaba a vinte de Maio de dois mil e onze, o que poderá implicar um processo eleitoral. Uma vez que tanto o RJIES como os Estatutos são omissos em relação a esta recomposição, informou ainda que tomou a liberdade de solicitar um parecer ao Assessor Jurídico, ao que lhe foi respondido que este processo deveria ser desencadeado pelo Conselho Geral. Daí ter incluído este ponto na Ordem de Trabalhos, para auscultar os Conselheiros, no sentido de saber como deve agir o Conselho Geral.-----

-----O primeiro a intervir foi o Doutor Carlos Amaral, dizendo que julga ser da competência do Conselho Geral assegurar este processo. Resta é saber se os regulamentos são adequados ou se devem ser corrigidos, afirmou. Na sua opinião, os regulamentos que foram adoptados não merecem qualquer reparo, a não ser no que respeita ao calendário a fixar. Em relação ao processo em si, considera que este deve ser encarado com normalidade, pois não se trata apenas de substituir pessoas. Sendo um mandato de dois anos, chamou a atenção para a necessidade de se proceder a um calendário e ter atenção às datas, para que o processo esteja concluído antes de vinte de Maio.-----

-----Na sequência da intervenção anterior, o Doutor Armindo Rodrigues acrescentou que o que deve nortear é o dia vinte de Maio, ou seja, as contas deverão ser feitas de modo a que os novos membros entrem em funções a partir daquela data. Acrescentou ainda que é necessário ter um certo cuidado com a lista dos estudantes, pois esta é muito pequena, existindo apenas um suplente, o que poderá vir a ser problemático, ao que o Magnífico Reitor esclareceu que o número de suplentes tem de ser calculado com base no número de efectivos.-----

-----De seguida, o Doutor Tomaz Dentinho pediu a palavra, afirmando que a Lei não é omissa, tendo dado como exemplo o facto de os Estatutos preverem a substituição de um membro, desde que este não cumpra com o número de presenças exigido.

Segundo disse, se as eleições fossem de quatro em quatro anos seria mais vantajoso, devendo as listas ser incluídas com estudantes de vários níveis de ensino.-----

-----Na opinião do Doutor Mário Fortuna, se o mandato é de dois anos, então há que cumprir com a Lei.-----

-----Apesar de concordar com o Doutor Mário Fortuna, o estudante André Carvalho acrescentou que o único inconveniente nesta eleição será a entrada de novos estudantes num período tão conturbado e perto da eleição do Reitor. Aproveitou a oportunidade para propor que a data da eleição seja coordenada em função das eleições para a Associação Académica, sugerindo que as candidaturas fossem abertas em finais de Fevereiro.-----

-----Os trabalhos foram interrompidos para o almoço pelas doze horas e quarenta minutos, tendo sido retomados às catorze horas e quinze minutos.-----

-----Passando de imediato ao ponto 2. da Ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral fez referência ao envio, no passado mês de Maio, de um memorando, sugerindo a nomeação de uma Comissão Eleitoral que elaboraria um conjunto de regras para o arranque de todo o processo eleitoral, e acrescentou que recebeu uma proposta do Doutor Tomaz Dentinho com a criação da comissão e com um regulamento.-----

-----Perante a existência de duas propostas, e tendo em conta que ambos os textos coincidem e têm um ponto em comum — a criação de uma Comissão Eleitoral —, o Doutor Mário Mesquita sugeriu que se verificasse as diferenças existentes entre ambas e se nomeasse uma comissão composta por três elementos, desde que pertencessem ao Conselho Geral.-----

-----De seguida, tomou a palavra o Doutor Tomaz Dentinho, para explicar que a sua proposta teve como base uma consulta na internet, onde já existe muita informação sobre o assunto, tendo-se limitado a introduzir pequenos ajustamentos. Segundo informou, esta proposta tem a grande vantagem de dar tempo aos Serviços Administrativos e à Reitoria, para prepararem o processo em tempo útil, sobretudo para o caso de aparecer algum candidato exterior à Universidade. Em relação aos regulamentos de outras Universidades, esclareceu que introduziu alguns pontos considerados importantes como, por exemplo, ter o domínio da língua portuguesa, especificar a posição estratégica, permitir aos candidatos obterem a mesma informação e alterar de cinco para três o número dos membros da Comissão Eleitoral. Acrescentou ainda que não se deveria aprovar o regulamento em data muito próxima da eleição do Reitor, tendo proposto votar o regulamento da generalidade e outros aspectos do regulamento na especialidade, evitando assim não só a discussão de assuntos já

debatidos em outras Universidades, como também um debate baseado num jogo de interesses.-----

-----Na sequência desta intervenção, o Doutor Mário Mesquita fez questão de esclarecer que se limitou a apresentar uma sugestão, por achar que haveria uma divergência, mas que não fica chocado nem se opõe, caso não aceitem a sua sugestão e considerem que esta proposta tem uma boa base de trabalho.-----

-----O Presidente do Conselho Geral retomou a palavra, dizendo que a única diferença essencial entre os dois documentos apresentados reside na composição da Comissão Eleitoral e que deveria ser a própria Comissão a estudar as regras do funcionamento do processo.-----

-----O Doutor Carlos Amaral pediu a palavra, para esclarecer que a Comissão não irá deliberar, mas sim o próprio Conselho. No que diz respeito às duas propostas apresentadas, considera que ambas são diferentes, mostrando-se predisposto a votar no memorando, por se encontrar mais detalhado. Aproveitou a palavra para perguntar ao Presidente do Conselho Geral se houve propostas de alteração em relação às duas propostas apresentadas, ao que o Presidente do Conselho Geral respondeu que não se deveria confundir esta situação com o que se passou no período da manhã. Estando em presença de dois documentos que têm um impacto sério na matéria a ser discutida, considera ser legítimo o facto de surgirem discordâncias e concordâncias e, até mesmo, propostas de alteração, pois não se tratam de novas propostas mas sim da possibilidade de se introduzir pequenas alterações. Acrescentou que está disposto a votar na proposta do Doutor Tomaz Dentinho na generalidade, o que não quer dizer que também não possa aprovar o memorando por ele apresentado, tendo dado vários exemplos de pontos que podem ser ajustados, adequando-os a um calendário realista.-----

-----Não concordando com a criação de uma Comissão Eleitoral, sem antes se definir o que é uma Comissão Eleitoral, o Doutor Mário Fortuna propôs a criação de uma Comissão *ad-hoc*, que deveria apresentar uma proposta até à próxima reunião, tendo o Doutor Mário Mesquita sugerido que se criasse um grupo de trabalho, composto por três conselheiros, para trabalharem o regulamento.-----

-----A proposta do Doutor Mário Mesquita gerou alguma discussão, na medida em que o Doutor Carlos Amaral voltou a referir o que se passou no período da manhã, dizendo que, tendo sido apresentadas duas propostas, não aceitaria uma nova proposta e que se este princípio viesse a ser verificado no futuro, ele irá solicitar a verificação da sua legalidade. O Presidente do Conselho Geral fez questão de esclarecer novamente que uma Ordem de Trabalhos ao ser divulgada tem de apresentar situações concretas

que permitam aos conselheiros analisarem e ponderarem sobre determinada matéria, tendo dado como exemplo o que se passou durante a manhã. Acrescentou ainda que, quando se tratam de pontos concretos da agenda, não aceita que sejam introduzidas novas propostas ‘levantadas de improviso’.

-----De seguida, o Prof. Carlos Amaral voltou a usar da palavra, desta feita para contestar as referências feitas pelo Senhor Presidente do Conselho Geral a “propostas levantadas de improviso” - pelo menos no que dizia respeito, a ele e às suas intervenções. No caso concreto, longe de serem improvisadas, as propostas que havia apresentado decorriam, antes, de reflexão e análise sistemáticas, amadurecidas ao longo de anos.

-----Apesar de concordar que se deva discutir apenas as duas propostas apresentadas, o Doutor Tomaz Dentinho salientou que, tendo surgido a oportunidade de alguém apresentar sugestões de alteração, o Conselho deveria discutir não só as duas propostas iniciais como também a sugestão do Doutor Mário Mesquita.

-----No seguimento desta intervenção, o Presidente do Conselho Geral apresentou a sugestão, por escrito, do Doutor Mário Mesquita, que teve por base uma proposta de método, que não colide em nada com as duas propostas iniciais. A proposta encontra-se apenas a esta Acta.

-----O Doutor Carlos Amaral reagiu novamente, afirmando que, uma coisa são os períodos previstos para outros assuntos, outra coisa são os períodos previstos para assuntos concretos, tendo acrescentado que, ou se adopta uma regra para um princípio rígido, ou então não se pode utilizar esta regra apenas quando nos convém. Quanto às questões de improviso mencionadas pelo Presidente do Conselho Geral, salientou que rejeita-as e não as aceita. Finalmente, no que diz respeito à proposta do Doutor Mário Mesquita, informou que a mesma é aceitável, apenas porque não acrescenta nada de novo. No entanto, considera que se trata de uma proposta de rejeição das duas anteriores, ao que o Doutor Mário Mesquita explicou tratar-se de uma proposta com um objectivo conciliatório e não de qualquer outra natureza, parecendo-lhe ter a vantagem de não ser constituída ainda uma Comissão Eleitoral.

-----Perante os esclarecimentos do Doutor Mário Mesquita, o Presidente do Conselho Geral colocou à votação a proposta do mesmo, tendo-se verificado os seguintes resultados:

-----votos a favor: doze-----

-----votos contra: zero-----

-----abstenções: zero-----

-----Quanto à proposta de constituição de uma comissão preparatória composta pelo Presidente do Conselho Geral e pelos Doutores Carlos Amaral e Tomaz Dentinho, foi posta à votação, tendo-se apurado os seguintes resultados:-----

-----votos a favor: dez-----

-----votos contra: um-----

-----abstenções: uma-----

-----Entrando no último ponto da Agenda, o Presidente do Conselho Geral aproveitou para dar conhecimento de um ofício que recebeu do Conselho Geral da Universidade da Madeira, a agradecer o voto de pesar enviado. Entretanto, o Presidente do Conselho Geral regozijou-se com a atribuição à Universidade dos Açores de uma Cátedra Jean Monet pela Comissão Europeia, na pessoa do Professor Carlos Amaral. Ao mesmo tempo que enalteceu esta atribuição que honra e distingue o trabalho daquele docente, sublinhou tratar-se de importante estímulo para a promoção dos Estudos Europeus na Universidade dos Açores e um motivo de reforço da própria imagem exterior desta.-----

-----O Doutor Mário Mesquita aproveitou para subscrever as palavras do Presidente do Conselho Geral e congratulou-se com a atribuição da cátedra Jean Monet.-----

-----De seguida, tomou a palavra o Doutor Carlos Amaral, afirmando que, apesar de a acta da última reunião não ter sido levada a aprovação, gostaria de chamar a atenção para o facto de nunca ter criticado o Reitor pela abertura de concursos para catedráticos, mas sim pela abertura de concursos para catedrático sem previamente, ou ao mesmo tempo, abrir concursos para associado, ainda por mais havendo vagas disponíveis, havendo docentes em condições para se apresentar a concurso e encontrando-se a Universidade dos Açores muito carenciada de professores associados – mais carenciada ainda de professores associados do que de professores catedráticos uma vez que o número destes é escassíssimo e até mesmo inferior ao número de professores catedráticos.-----

-----Em resposta ao solicitado, e não querendo ser repetitivo, o Magnífico Reitor voltou a mencionar o que já havia dito em reuniões anteriores, referindo que as unidades orgânicas foram consultadas no sentido de informarem a Reitoria sobre as possíveis vagas a serem abertas, tendo esclarecido que as vagas deverão ser abertas em áreas relativamente amplas, para se estimular a concorrência interna.-----

-----Perante tal resposta, o Doutor Carlos Amaral questionou novamente o Magnífico Reitor, tendo perguntado por quanto tempo mais irão esperar pela resposta das unidades orgânicas que ainda não responderam, uma vez que já passou praticamente

um ano desde a abertura de concurso para professores catedráticos, em Agosto do ano passado, e largos anos desde a última abertura de concursos para associados – e para um número muito reduzido de vagas. O resultado desta política é a circunstância de todo inqualificável para que a Universidade dos Açores foi atirada em termos de corpo docente, em que os professores associados são muito escassos e metade dos professores catedráticos.-----

-----Ainda sobre o assunto, a Doutora Gilberta Rocha recordou que, no mês de Agosto do ano passado, o Departamento de História foi consultado com urgência sobre as vagas a abrir, não podendo deixar de lamentar o facto de já ter passado um ano e ainda não terem respostas concretas. Informou ainda não aceitar o facto de o Magnífico Reitor justificar o atraso devido à época de contenção.-----

-----Na opinião do Doutor Tomaz Dentinho, estas questões devem ser encaradas do ponto de vista da eficiência, sendo necessário criar condições para que as pessoas que concorrem possam permanecer nos seus postos de trabalho durante os anos que se seguem. Para tal sugeriu a criação de nova áreas, como paisagismo, artes, etc., de modo a fomentar a competitividade.-----

-----No que diz respeito às vagas, o Doutor Mário Fortuna chamou a atenção para a necessidade e preocupação de se tentar ver quem tem disponibilidade financeira para responder ao solicitado pelo Magnífico Reitor, tendo acrescentado que a ausência de resposta por parte de algumas unidades orgânicas provavelmente se deveu ao facto de não terem orçamento para tal, pois, para o preenchimento das vagas, há que haver racionalização e sentido estratégico para que cada unidade orgânica saiba dotar o seu departamento de recursos humanos.-----

-----O Magnífico Reitor tomou novamente a palavra para informar que, em relação aos professores associados, não podia especificar o número de vagas exacto, na medida em que ainda não recebeu a indicação dos departamentos. No entanto, conta abrir vagas com a brevidade possível, tendo em conta a política de contenção da Universidade. Em relação à criação de novas áreas, apesar de concordar com a criação de áreas mais diversificadas, receia que poucas sejam as pessoas que tenham condições para concorrer.-----

-----Em relação ao Relatório de Contas do IMAR, o Doutor Armindo Rodrigues perguntou ao Presidente do Conselho Geral o porquê do envio deste Relatório aos conselheiros, na medida em que o mesmo nada lhe diz em relação ao IMAR Açores, tendo o Presidente do Conselho Geral esclarecido que o referido relatório foi enviado por ter sido solicitado pelos conselheiros. O Doutor Armindo Rodrigues retomou a

palavra, dizendo que, enquanto membro do Conselho Geral, não pode aceitar um memorando desta natureza, que nem vem assinado, pois as justificações dadas em relação aos projectos que vêm enumerados e respectivos *overheads* não são admissíveis.-----

-----No seguimento da intervenção anterior, o Doutor Mário Fortuna considerou inadmissível a justificação apresentada pelo técnico de contas, dizendo não haver qualquer explicação sobre o modo como o DOP é sustentável, pois de nada serve ter muitos projectos, se cada um se sustenta a si próprio. Aproveitou ainda para chamar a atenção para a necessidade de se designar uma comissão para analisar o que se passa no DOP, pois este problema pode ser a causa do desnível existente entre as unidades orgânicas.-----

-----Na opinião do Doutor Tomaz Dentinho, este problema pode ser resolvido do ponto de vista financeiro, na medida em que têm de pagar os serviços da Universidade. No entanto, considera que, para além da questão financeira, é preciso resolver também a questão de estratégia, para que haja um certo equilíbrio. Neste sentido, é de opinião de que o Conselho Geral falhou ao não realizar uma reunião na Horta, pois, segundo afirmou, a proximidade é que ajuda a resolver certas questões.-----

-----De acordo com a opinião da Doutora Gilberta Rocha, não parece aceitável que haja uma taxa de coesão quando não foram contemplados orçamentos destas entidades externas à Universidade. Ao pedirem o orçamento, quer da Fundação, quer do IMAR, não foi apenas por curiosidade, mas sim para terem em conta estes orçamentos aquando da análise dos pressupostos para o Orçamento de 2011.-----

-----Na sequência das intervenções anteriores, o Presidente do Conselho Geral esclareceu que o envio do documento sobre o IMAR se deveu ao facto de, em reuniões anteriores, os conselheiros terem mostrado interesse em saber concretamente o que era o IMAR e conhecer as respectivas contas. Acrescentou ainda que, se o documento suscitou dúvidas, os próprios conselheiros deveriam ter chamado a atenção para a necessidade de este ser incluído na ordem de trabalhos. Por fim, afirmou ter a certeza de que o Conselho Geral tem o direito de conhecer as contas destas entidades externas, mas tem sérias dúvidas se este Conselho se deve pronunciar sobre estas entidades, uma vez que têm estatutos próprios, ao que a Doutora Gilberta Rocha fez questão de esclarecer que nunca pretendeu que o Conselho Geral se pronunciasse sobre as entidades. Apenas considera que o DOP tem de apresentar contas tal como as restantes unidades orgânicas. Fez ainda questão de salientar que nada tem contra o DOP e que preza o trabalho que fazem. No entanto, em vez de virem com ameaças de migrarem para a Universidade,

deveriam antes arranjar uma solução, criando cursos. Por fim contestou o facto de serem considerados um centro por excelência, quando, na realidade, não apresentam as coisas com clareza.-----

-----Segundo o Doutor Armindo Rodrigues, o que se pretende é clareza, pois afirmou desconhecer o modo como o pedido foi feito ao Presidente do IMAR, para que desse origem a uma resposta daquela natureza. Declarou ainda que o IMAR não é um caso único, uma vez que os outros departamentos também têm dezenas de pessoas a serem pagas através de projectos, o que não é impeditivo para que tenham de apresentar as contas com toda a clareza.-----

-----O Doutor Mário Fortuna aproveitou para pedir a palavra, dizendo que este assunto deveria ser agendado para uma reunião em Setembro. Acrescentou que, em primeiro lugar, deveria ser solicitada uma contabilidade analítica, para saberem concretamente o que é o DOP e o que é o IMAR; posteriormente, o Magnífico Reitor deveria indicar o que diz respeito apenas ao DOP.-----

-----Considerando viável a proposta do Doutor Mário Fortuna, o Doutor Carlos Amaral sugeriu que a próxima reunião tivesse lugar no DOP, o que conduziria a oportunidade para um melhor conhecimento desta realidade.-----

-----Segundo o Doutor Alfredo Borba, é preciso não esquecer a realidade do DOP antes da sua ligação ao IMAR, tendo chamado a atenção para o facto de haver pouca ligação entre o DOP e a Universidade. Acrescentou ainda que o DOP deveria entregar estratégias de resolução do seu problema, criando cursos que possam atrair pessoas naquelas áreas.-----

-----Ao tomar novamente a palavra, o Magnífico Reitor recordou que, na última reunião, foi manifestado o interesse em conhecer as contas do IMAR e da Fundação Gaspar Frutuoso, tendo o Doutor Carlos Amaral manifestado um interesse mais particular em esclarecer o que era o IMAR. Neste sentido, tentou reunir todos os dados solicitados, mas, não tendo sido possível receber os dados referentes às contas de dois mil e nove, solicitou ao Doutor Ricardo Serrão Santos que fizesse um memorando sobre o IMAR. Apesar de este memorando não estar assinado, considera que o mesmo, não sendo da autoria dele, será certamente da sua responsabilidade. Considera ainda que, numa análise destes números em sede do Conselho Geral, seria útil a presença de um representante destas entidades para os devidos esclarecimentos, tendo deixado à consideração do Conselho Geral a possibilidade de uma reunião no Faial. Em relação à falta de cursos no DOP, afirmou ter sérias dúvidas se a Horta tem condições para

sustentar um curso a nível do primeiro ciclo. No entanto, considera que o DOP tem de aumentar a sua oferta a nível de segundo e terceiro ciclos.-----

-----Para finalizar, o Magnífico Reitor fez referência à participação da Universidade dos Açores no *I Simpósio Internacional da Rede de Excelência dos Territórios Insulares*, realizado na Universidade da Córsega, com o objectivo de se iniciar um processo de reflexão sobre o papel das universidades no desenvolvimento das ilhas e dos arquipélagos, tendo-se falado, de um modo geral, da temática do ambiente e da problemática do ambiente e do turismo. Segundo afirmou, foi importante a presença da Universidade dos Açores neste encontro, na medida em que foi reactivada a rede Unamuno. O grupo de trabalho actuou no sentido da criação de cursos de mestrado conjuntos e da concessão de diplomas conferentes de grau, atribuídos simultaneamente pelas diversas universidades envolvidas. Nomeadamente no que diz respeito à Universidade, informou que foram feitas apresentações em *powerpoint*, sobre o seu funcionamento e sobre as áreas científicas existentes.-----

-----Apesar de ter consciência da falta de recursos, o Presidente do Conselho Geral é de opinião de que se deveria criar um gabinete de comunicação e imagem, que podia potenciar este tipo de informação.-----

-----O Doutor Carlos Amaral manifestou grande interesse pela informação dada pelo Magnífico Reitor, uma vez que também está pensando criar mestrados integrados.-

-----Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente do Conselho Geral: